

A EDUCAÇÃO PÚBLICA E GRATUITA SOB FORTE ATAQUE

A educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada continua sob forte ataque no Brasil, em todo e qualquer nível de ensino. Os textos reunidos nesta edição temática da *Revista Adusp*, que contou com a indispensável participação do Grupo de Trabalho de Educação da Adusp, analisam detidamente a dramática situação atual, apontam distorções e sugerem linhas de resistência.

A ressurreição do malanismo, que o governo Lula adotou como bíblia da economia, mantém garroteados os investimentos públicos nas áreas sociais, entre elas a educação. E, ao contrário do que seria razoável supor, o MEC sob o governo Lula tem dado continuidade a diversas políticas de viés neoliberal que vinham sendo impostas pelo MEC sob o governo Fernando Henrique. Continuidade e, em muitos aspectos, aprofundamento. É no ensino superior que as evidências desse fato acumulam-se em profusão, antes mesmo que o MEC conclua a proposta de “reforma universitária”, que deixa transparecer, sem disfarces, influências do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial (ver, p. ex., *Informativo Adusp* 154).

Na entrevista com o ministro Tarso Genro, realizada no início de março, procuramos abordar a maior parte das questões cruciais em jogo na educação hoje. Levando-se em conta o tempo de que dispusemos, pouco mais de uma hora, o resultado foi satisfatório, na medida em que o ministro não fugiu das perguntas que lhe foram dirigidas, e isso permitirá ao leitor informar-se sobre as convicções e os planos do responsável pela pasta da Educação. Por outro lado, por mais respeitáveis que sejam os propósitos do ministro, é inegável que ações por ele comandadas, como o programa “Universidade para Todos”, chocam-se frontalmente com o princípio da escola pública.

O professor Wolfgang Leo Maar, da UFSCar, discute em seu artigo precisamente a lógica que deve orientar a reforma universitária. Esta poderá refletir o “espírito público” ou, ao invés, aderir ao “espírito privatista” e embarcar na mercantilização desbragada. O autor propõe uma oposição firme à “contra-reforma privatizante” implementada ao tempo do “professor Cardoso”.

O financiamento da educação nacional, esta questão-chave tão sujeita a mitos variados criados pelo pensamento conservador, é trabalhado em profundidade nesta edição, em artigo produzido por professores que atuam no GT Educação. O texto aborda de modo bastante original tanto a relação entre o sistema de tributos e o financiamento, como os impactos deletérios da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a máquina pública e sobre o direito social à educação.

As políticas de avaliação e controle do corpo docente, sua funcionalidade às mudanças que os organismos multilaterais procuram impor na educação e sua correspondência às políticas de corte de verbas, são desveladas pela professora Helena de Freitas, da Unicamp, ao tratar do programa do MEC de certificação de professores. As reformas neoliberais, observa a autora, “caracterizam-se pela necessidade de *regulação*, que adquire caráter central no campo da educação e da formação de professores”.

Finalmente, o embate entre dois projetos e concepções de Plano Estadual de Educação (PEE-SP) é objeto de um artigo de autoria de membros do GT Educação e da professora Nobuko Kawashita, da UFSCar. O texto compara o Plano produzido pelo governo estadual ao Plano concebido pelo Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública (Fedep-SP), revelando compromissos e perspectivas de um e de outro.

Acreditamos que a leitura de todo esse material será rica e proveitosa para quem quer que se interesse pela sorte da educação pública neste país tão desigual.

O Editor